

REEDIÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 03/2026

GMS 474/2026

Processo nº 25.601.581-1

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 171/2025, de 05/06/2025, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**.

2 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 09h00 horas do dia 03/08/2026**.

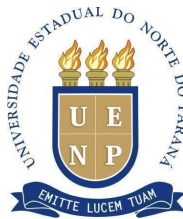
2.3 Disputa de Preços: **as 09h05min do dia 03/08/2026**.

2.4 Modo de Disputa: **Aberto e Fechado**.

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por Item**.

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com



um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.

3 – OBJETO

3.1 O presente Edital tem como objeto a **contratação de serviços especializados de editoração, diagramação e tradução.**

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov, do sistema GMS e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

3.3 No que se refere à Revista Claraboia, o objeto compreende a prestação de serviços especializados de revisão linguística e gramatical, revisão de normas da ABNT, editoração e diagramação de textos acadêmico-científicos aprovados para publicação pela equipe editorial da revista e elaboração de uma capa padrão.

3.4 No que se refere à Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino – REPPE, o objeto contempla a prestação de serviços técnicos especializados de tradução acadêmico-científica de textos da língua portuguesa para a língua inglesa.

4 – VALOR DA LICITAÇÃO

4.1 O valor total desta licitação é de **R\$ 23.308,07 (Vinte e três mil, trezentos e oito reais e sete centavos).**

5 – DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

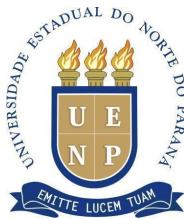
5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail **licitacao@uenp.edu.br**.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.



6 – ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149. Natureza da despesa: 3390-3905. Fonte: 703.

7 – DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

7.1 Para Revista Claraboia (PROFLETRAS/UENP):

7.1.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, conforme o fluxo editorial da revista, considerando que a publicação científica depende de etapas internas de submissão, avaliação por pares, emissão de pareceres externos e aprovação editorial.

7.1.2 Como estimativa de cronograma, prevê-se a publicação de 04 (quatro) edições semestrais no período de 02 (dois) anos, preferencialmente nos meses de julho e dezembro, podendo tais datas sofrer ajustes em razão do fluxo editorial, da finalização dos pareceres e da organização interna do periódico.

7.1.3 Os materiais serão encaminhados gradativamente à CONTRATADA, conforme a finalização de cada etapa editorial de cada número da revista.

7.1.4 A publicação ocorre na plataforma OJS (Open Journal Systems), não havendo necessidade de adaptação técnica adicional, além da disponibilização dos arquivos em formato PDF e Word, conforme as especificidades de cada periódico.

7.1.5 A contratação contempla a elaboração de 01 (uma) capa padrão, a ser utilizada ao longo da vigência contratual, devendo a empresa contratada apresentar no mínimo duas propostas de layout para avaliação da equipe editorial, bem como realizar, no mínimo, duas rodadas de ajustes antes da aprovação final, assegurando adequação estética e identidade visual do periódico.

7.2 Para Revista REPPE (PPGEN/UENP):

7.2.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, conforme a disponibilização dos artigos aprovados para publicação, podendo os materiais ser encaminhados gradativamente pela contratante, de acordo com o fluxo editorial da revista.

7.2.2 Como referência de planejamento, estima-se o seguinte cronograma indicativo de execução, ressaltando que tal cronograma possui natureza estimativa, podendo ser ajustado conforme o fluxo editorial e a conclusão das etapas de avaliação dos artigos:

- Mês 01: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 02: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 03: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 04: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 05: 02 artigos (aprox. 41 páginas)



7.2.3 Os arquivos deverão ser entregues em formato editável (Word), contendo versão final pronta para publicação em língua inglesa, com observância da fidelidade terminológica, coerência acadêmica, precisão conceitual e adequação à norma culta da língua inglesa.

7.3 O prazo de entrega dos serviços é de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço e envio do material pela CONTRATANTE.

7.4 O material final deverá ser disponibilizado em **formato digital**, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, e encaminhado à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, pelo endereço de e-mail: claraboia@uenp.edu.br ou reppe@uenp.edu.br, a depender do objeto.

7.5 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos materiais.

7.5.1 Após a entrega do material pela contratada, a contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise, conferência, revisão de provas e aprovação definitiva dos serviços realizados pela equipe editorial responsável pelo periódico.

7.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo

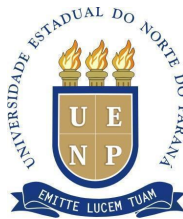
7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 A licitante classificada em primeiro lugar, caso solicitado, deverá apresentar portfólios, exemplos de trabalhos anteriores, arquivos diagramados ou documentos traduzidos que demonstrem as características técnicas, acadêmicas e estéticas dos serviços ofertados, com a finalidade de possibilitar a verificação da qualidade, padronização, conformidade editorial e capacidade técnica para execução do objeto contratado.

7.9.1 Para os serviços destinados à Revista Claraboia, poderão ser apresentados exemplos relacionados à revisão textual, adequação às normas da ABNT, editoração e diagramação de periódicos científicos ou materiais acadêmicos similares.

7.9.2 Para os serviços destinados à Revista REPPE, poderão ser apresentados exemplos de traduções acadêmico-científicas da língua portuguesa para a língua inglesa, especialmente de artigos científicos, textos acadêmicos ou publicações na área educacional.



8 – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

9 – DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

9.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

9.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

9.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

9.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

10.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.

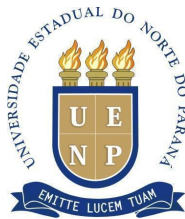
10.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

10.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

10.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

10.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou



liquidação;

- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

10.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- 1) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

11.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos Serviços.

11.3 O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Item**.

11.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

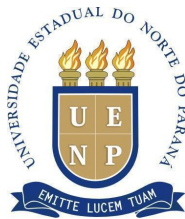
11.5 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.

11.6 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

12 - DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente



determinado (randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, o sistema convocará os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, para oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

12.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.5 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

13 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.

13.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

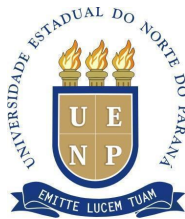
13.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.



13.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.1 deste Edital.

13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

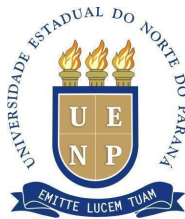
13.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

13.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.16 Caso a microempresa/empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



13.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

13.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.23.1 Será considerado ofertado o item (marca e modelo) que estiver descrito na proposta final ajustada, independentemente da descrição inserida no sistema compras.gov antes da disputa.

13.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 13.23.

13.25 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

13.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;



- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

14.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

14.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

14.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se catálogos e outros documentos referentes aos itens ofertados.

14.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

14.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

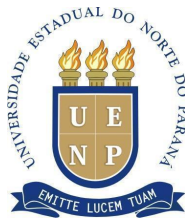
14.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.11 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

14.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



15 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, e os documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

15.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

15.3 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

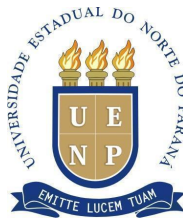
15.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

15.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa.

16 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- f) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;



g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);**

h) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial.** Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;

16.2 Conforme o contido na Lei Complementar nº 123/06, na habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

16.2.1 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

16.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).

16.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

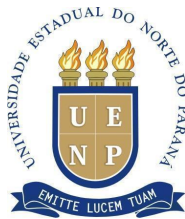
16.4.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

16.4.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.

16.5 No caso de alguma certidão negativa estar ausente ou vencida, tratando-se de documentos passíveis de serem consultados na internet, poderá o pregoeiro realizar consulta aos sites emissores para verificação da regularidade da empresa arrematante.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o



menor preço será declarado vencedor pelo Pregoeiro.

17.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

17.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

17.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

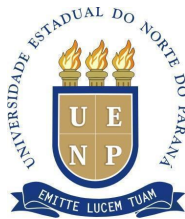
17.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

17.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

18 – DOS RECURSOS

18.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o



prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

18.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

18.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

18.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

18.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

18.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

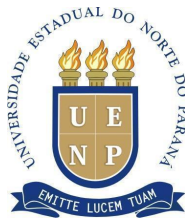
19.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;



II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

19.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

19.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

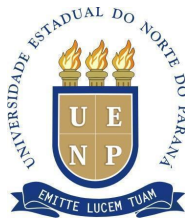
19.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

19.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

19.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

19.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

19.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.



19.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

19.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

21 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

21.1 A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Profa. Dra. Eliana Merlin Deganutti de Barros, alocada no Campus de Jacarezinho.

21.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Prof. Dr. Marcos Augusto Alves da Silva, diretor de pós-graduação.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competente, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

22.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comissão de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

22.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23 - DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Termo de Referência.

ANEXO 02 – Relação de Itens.

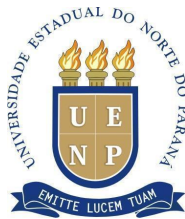
ANEXO 03 – Modelo de Proposta de Preço.

ANEXO 04 – Minuta de Contrato.



Jacarezinho/PR, 16 de julho de 2026.

Leticia Sacoman Sampaio
Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026

ANEXO 01

1) DO OBJETO

A contratação visa assegurar a continuidade das atividades editoriais dos periódicos, garantir a qualidade técnica, científica e visual das publicações, fortalecer a visibilidade institucional da UENP e contribuir para os processos de avaliação e consolidação da produção acadêmica no âmbito da pós-graduação.

1. Revista Claraboia (PROFLETRAS/UENP)

No que se refere à Revista Claraboia, o objeto compreende a prestação de serviços especializados de revisão linguística e gramatical, revisão de normas da ABNT, editoração e diagramação de textos acadêmico-científicos aprovados para publicação pela equipe editorial da revista.

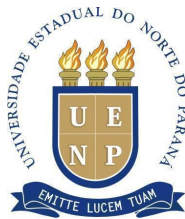
Ressalta-se que **não está contemplada a prestação de serviços de tradução**, restringindo-se o objeto às atividades de revisão textual, normalização e editoração dos artigos científicos.

O quantitativo estimado corresponde a **1.000 (mil) laudas**, equivalentes à publicação de aproximadamente **04 (quatro) números semestrais** do periódico durante a vigência contratual.

Para fins de padronização e mensuração contratual, considera-se como “lauda” o equivalente a **2.100 (dois mil e cem) caracteres com espaço**, parâmetro utilizado para garantir uniformidade na execução e na formulação das propostas.

Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, conforme o fluxo editorial da revista, considerando que a publicação científica depende de etapas internas de submissão, avaliação por pares, emissão de pareceres externos e aprovação editorial. A publicação ocorre na plataforma OJS (Open Journal Systems), não havendo necessidade de adaptação técnica adicional, além da disponibilização dos arquivos em formato PDF e Word, conforme as especificidades de cada periódico. Os materiais serão encaminhados gradativamente à contratada, conforme a finalização de cada etapa editorial de cada número da revista.

Prevê-se, como estimativa de cronograma, a publicação de **04 (quatro) edições semestrais no período de 02 (dois) anos**, preferencialmente nos meses de julho e dezembro, podendo tais datas sofrer ajustes em razão do fluxo editorial, da finalização dos pareceres e da organização interna do periódico.



A contratação contempla, ainda, a elaboração de **01 (uma) capa padrão**, a ser utilizada ao longo da vigência contratual, devendo a empresa contratada apresentar, no mínimo, duas propostas de layout para avaliação da equipe editorial, bem como realizar, no mínimo, duas rodadas de ajustes antes da aprovação final, assegurando adequação estética e identidade visual do periódico.

Quanto aos critérios de aceitação, a revista poderá disponibilizar **briefing editorial contendo orientações técnicas e padrões mínimos de execução**, orientações e normas editoriais estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/claraboia/about/submissions>, servindo como referência para validação dos serviços. A aprovação das entregas será realizada pela equipe editorial responsável, com base na qualidade técnica, correção linguística e conformidade com as normas institucionais.

Em caso de divergência entre normas da ABNT e diretrizes editoriais específicas da revista, **prevalecerão as normas editoriais da Revista Claraboia**, considerando sua adequação às normas técnicas aplicáveis que estão disponíveis no link acima.

2. Revista REPPE (PPGEN/UENP)

No que se refere à Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino – REPPE, o objeto restringe-se exclusivamente à prestação de serviços técnicos especializados de **tradução acadêmico-científica de textos da língua portuguesa para a língua inglesa**, não abrangendo atividades de revisão textual, editoração ou diagramação.

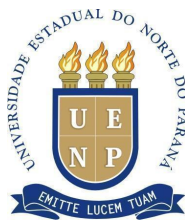
A contratação tem como finalidade ampliar a visibilidade internacional do periódico, fortalecer sua inserção em bases indexadoras, ampliar a circulação científica das produções publicadas e contribuir para os processos de internacionalização e avaliação dos Programas de Pós-Graduação vinculados à instituição.

O quantitativo estimado corresponde à tradução de **201 (duzentas e uma) páginas de textos acadêmicos**, com base na média histórica de publicações da revista e na disponibilidade orçamentária do periódico.

De forma estimativa, esse quantitativo equivale aproximadamente à tradução de cerca de **10 artigos científicos**, com média de 20 páginas cada, sendo que a unidade de medida contratual será sempre a **página efetivamente traduzida**, independentemente do número de artigos.

Os serviços serão executados de forma **parcelada, sob demanda**, conforme a disponibilização dos artigos aprovados para publicação, podendo os materiais ser encaminhados gradativamente pela contratante, de acordo com o fluxo editorial da revista.

Como referência de planejamento, estima-se o seguinte cronograma indicativo de execução:



- e) Mês 01: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- f) Mês 02: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- g) Mês 03: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- h) Mês 04: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- i) Mês 05: 02 artigos (aprox. 41 páginas)

Ressalta-se que tal cronograma possui natureza **estimativa**, podendo ser ajustado conforme o fluxo editorial e a conclusão das etapas de avaliação dos artigos.

Os arquivos deverão ser entregues em formato editável (Word), contendo versão final pronta para publicação em língua inglesa, com observância da fidelidade terminológica, coerência acadêmica, precisão conceitual e adequação à norma culta da língua inglesa.

Embora não seja exigida revisão por falante nativo, exige-se profissional com formação compatível, preferencialmente na área de Letras (Português/Inglês), e experiência comprovada em tradução de textos acadêmicos e científicos.

A área temática predominante da revista é o Ensino, sendo desejável familiaridade com terminologia acadêmica e científica da área educacional e campos interdisciplinares correlatos.

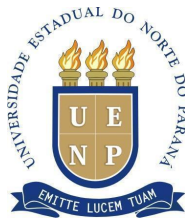
O pagamento será realizado por página traduzida, tendo como referência parâmetros de mercado, especialmente a tabela do Sindicato Nacional dos Tradutores – SINTRA, utilizada como base para composição do valor estimado da contratação, conforme referência de R\$ 58,07 por página (2025).

A avaliação considerará critérios de qualidade linguística, precisão terminológica, adequação acadêmica e aptidão do texto para publicação científica internacional.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecer a internacionalização da REPPE, ampliar o alcance científico das publicações do PPGEN/UENP e assegurar qualidade técnica às traduções acadêmicas, contribuindo diretamente para a visibilidade institucional da UENP e para os indicadores de avaliação da pós-graduação brasileira.

2) DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade institucional da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG), de assegurar a continuidade, regularidade e qualidade das atividades editoriais dos periódicos científicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da instituição, especialmente a Revista Claraboia (PROFLETRAS/UENP) e a Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino – REPPE (PPGEN/UENP).



Os periódicos científicos desempenham papel estratégico na consolidação da produção acadêmica institucional, na difusão do conhecimento científico e no fortalecimento dos indicadores de avaliação dos programas de pós-graduação, sendo instrumentos essenciais para a política institucional de pesquisa e internacionalização da UENP.

Nesse contexto, a contratação de serviços técnicos especializados de natureza editorial e de tradução visa garantir a adequada execução do fluxo de publicação científica, assegurando padrões de qualidade linguística, técnica, normativa e gráfica compatíveis com as exigências acadêmicas nacionais e internacionais.

No que se refere à Revista Claraboia, a contratação tem por objetivo viabilizar a execução de serviços de revisão linguística e gramatical, revisão de normas da ABNT, editoração e diagramação de artigos científicos aprovados para publicação, bem como a elaboração de capa padrão, de forma a assegurar a padronização editorial e a qualidade final das edições do periódico. Já no âmbito da Revista REPPE, o objetivo da contratação consiste na prestação de serviços de tradução acadêmico-científica de textos da língua portuguesa para a língua inglesa, com vistas a ampliar a visibilidade internacional das publicações, fortalecer sua inserção em bases indexadoras e contribuir para os processos de internacionalização e avaliação da pós-graduação. Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público ao garantir a continuidade da publicação dos periódicos, a qualidade técnica das edições, a padronização dos processos editoriais e o fortalecimento da produção científica institucional, contribuindo diretamente para a consolidação acadêmica da UENP.

3) DO PRAZO DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 Os serviços objeto da presente contratação serão executados de forma parcelada, sob demanda conforme a demanda editorial dos periódicos científicos vinculados à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e de acordo com o encaminhamento gradual dos materiais pela contratante.

3.2 A contratação referente à Revista Claraboia terá vigência de 02 (dois) anos, considerando a previsão de publicação semestral das edições do periódico durante o período contratual. Já a contratação referente à Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino – REPPE terá vigência de 01 (um) ano, conforme planejamento editorial.

3.3 Após o envio do material pela contratante e emissão da respectiva nota de empenho, a empresa contratada terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para execução e entrega dos serviços solicitados.

3.4 Para a Revista Claraboia, os serviços compreendem revisão linguística, adequação às normas da ABNT, diagramação editorial e elaboração de capa padrão, devendo os arquivos finais ser entregues em formato PDF, prontos para publicação.

3.5 Para a Revista REPPE, os serviços compreendem exclusivamente tradução



acadêmico-científica da língua portuguesa para a língua inglesa, devendo os arquivos finais serem entregues em formato Word, aptos para publicação científica internacional.

3.6 Após a entrega do material final pela contratada, a contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise, conferência, revisão de provas e aprovação definitiva dos serviços realizados pela equipe editorial responsável pelo periódico.

3.7 O material final deverá ser disponibilizado em formato digital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, e encaminhado à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, pelo endereço de e-mail: claraboia@uenp.edu.br e os correspondentes da REPPE reppe@uenp.edu.br

3.8 Os serviços serão recebidos provisoriamente para conferência e, posteriormente, recebidos definitivamente após verificação da qualidade técnica, conformidade das entregas e consequente atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

3.9 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada dos serviços contratados.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo de até 30 (quinze) dias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Em razão das características do objeto contratado:

(X) Será exigida amostra e/ou demonstração dos serviços;

A empresa contratada deverá apresentar, no mínimo, duas opções de layout (Capa) para apreciação da equipe editorial da Revista Claraboia, bem como disponibilizar, no mínimo, duas provas/revisões da arte da capa antes da aprovação final, visando assegurar adequação estética, padronização visual e atendimento às necessidades institucionais da revista.

() Não será exigida amostra do objeto/serviço ofertado e/ou demonstração dos serviços;

4) DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

4.1 Para fins deste contrato, entende-se como inconsistência qualquer irregularidade relacionada à diagramação, revisão textual, formatação, padronização editorial, normalização acadêmica ou tradução inadequada dos textos.

4.2 A contratada deverá corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer inconsistências identificadas nos serviços executados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal.

4.3 O prazo de garantia dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, período no qual a contratada ficará obrigada a realizar os ajustes e correções



necessários.

4.4 A garantia refere-se exclusivamente à qualidade técnica dos serviços prestados, não se aplicando a alterações de conteúdo solicitadas posteriormente pela contratante que não decorram de inconsistências na execução.

4.5 O pedido de correção poderá ser formalizado por e-mail, ofício ou outro meio oficial de comunicação.

5) DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços de diagramação, revisão e editoração, e, ainda:

5.2 Executar os serviços de diagramação, revisão e editoração dos periódicos em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência, apresentando relatório de execução detalhado;

5.3 Garantir que os arquivos digitais entregues estejam completos, corretos, devidamente organizados e compatíveis com as normas editoriais e padrões do periódico, sem erros de formatação ou conteúdo;

5.4 Responsabilizar-se por corrigir, substituir ou ajustar, às suas expensas, qualquer arquivo com falhas, avarias digitais ou inconsistências nos serviços executados, no prazo estipulado neste Termo de Referência;

5.5 Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, apresentando justificativa adequada;

5.6 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições técnicas e qualificações exigidas para a prestação dos serviços;

5.7 Indicar preposto técnico para representar a empresa durante a execução do contrato, quando necessário;

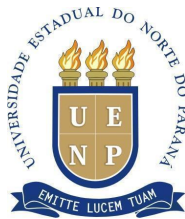
5.8 Submeter-se à fiscalização integral por parte da Administração, fornecendo esclarecimentos e informações solicitadas;

5.9 Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução dos serviços contratados, nem subcontratar qualquer atividade sem prévio consentimento por escrito da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

6) DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1 Receber os serviços de diagramação, revisão e editoração no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

6.2 Verificar minuciosamente, dentro do prazo estipulado, a conformidade dos arquivos digitais e serviços entregues com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



- 6.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, inconsistências ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam corrigidas ou ajustadas;
- 6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 6.5 Efetuar o pagamento à Contratada pelo fornecimento dos serviços, conforme valores, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.6 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;
- 6.7 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 6.8 A Administração não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos a terceiros decorrentes de atos da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.

7) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Contratada que:

- 7.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita à aplicação de sanções. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na legislação aplicável. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da



proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos sistemas de controle.

8) DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

8.1 Os licitantes poderão apresentar portfólios, exemplos de trabalhos anteriores, arquivos diagramados ou documentos traduzidos que demonstrem as características técnicas, acadêmicas e estéticas dos serviços ofertados, com a finalidade de possibilitar a verificação da qualidade, padronização, conformidade editorial e capacidade técnica para execução do objeto contratado.

8.2 Para os serviços destinados à Revista Claraboia, poderão ser apresentados exemplos relacionados à revisão textual, adequação às normas da ABNT, editoração e diagramação de periódicos científicos ou materiais acadêmicos similares.

8.3 Para os serviços destinados à Revista REPPE, poderão ser apresentados exemplos de traduções acadêmico-científicas da língua portuguesa para a língua inglesa, especialmente de artigos científicos, textos acadêmicos ou publicações na área educacional.

8.4 Caso os materiais apresentados tenham sido produzidos por meio de programas de computador ou plataformas digitais pela licitante, estes deverão conter identificação da empresa responsável, incluindo nome empresarial, logotipo, CNPJ e demais informações que permitam verificar a autoria e responsabilidade técnica pelos serviços demonstrados.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO*	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1	Revista Claraboia (PROFLETRAS) - Edições: Editoração de artigos acadêmicos para periódico: serviço de editoração, revisão e diagramação de 1000 laudas de texto acadêmico-científico (não pode ser desconfigurada ao inserir o artigo em plataforma digital), equivalente a 04 números do periódico Claraboia. Elaboração de 01 capa para edições subsequentes do periódico.	1 Periódico Abrangendo 04 (quatro) números, distribuídos em 04 (quatro) semestres.	R\$ 11.636,00	R\$ 11.636,00



	Obs.: As laudas correspondentes a cada número dos periódicos serão distribuídas de acordo com a demanda da revista, podendo ter sua variação, mas, ao final dos 4 números, serão 1.000 (mil) laudas distribuídas em 4 números. Por esse motivo, os orçamentos foram cotados na íntegra.			
LOTE 2	Revista REPPE (PPGEN) - Serviço técnico especializado para tradução de artigos em língua inglesa. Tradução de 201 páginas da língua portuguesa para a língua inglesa, referente a uma edição da revista com 10 artigos, em torno de 20 páginas cada um.	201 páginas Mês 01: 2 artigos/40 páginas; Mês 02: 2 artigos/40 páginas; Mês 03: 2 artigos/40 páginas; Mês 04: 2 artigos/40 páginas; Mês 05: 2 artigos/41 páginas.	R\$ 58,07	R\$11.672,07
TOTAL: R\$ 23.308,07				

O valor global estimado da aquisição é de **R\$23.308,07 (Vinte e três mil trezentos e oito reais e sete centavos)**. As despesas destinadas ao atendimento desta licitação estão previstas na dotação orçamentária da União para o exercício de 2025, por meio do termo de convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação (Convênio PD&I) nº 013/2025.

Ressalta-se que a contratação foi estruturada em lotes distintos, com o objetivo de ampliar a competitividade e aumentar as chances de contratação, garantindo maior eficiência no processo licitatório.

9. Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, designa-se a Profa. Dra. Eliana Merlin Deganutti de Barros, cujo endereço de e-mail é: elianamerlin@uenp.edu.br, responsável por verificar o cumprimento das obrigações



contratuais pela contratada, registrar ocorrências, solicitar providências e informar à Gestora sobre eventuais irregularidades.

10. Designa-se como **Gestor do Contrato o Diretor de pós-graduação** Prof. Dr. Marcos Augusto Alves da Silva, cujo endereço de e-mail é: marcoassilva@uenp.edu.br, a quem compete supervisionar a execução do contrato em sua totalidade, adotar as medidas administrativas necessárias para garantir sua adequada execução, além de tomar decisões e representar a Administração perante a contratada, quando necessário.

Jacarezinho, 24 de junho de 2026.

Responsável:

Renata Nogueira do Nascimento Rocha

CPF: 126.029.849-30

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG)

Priscila Aparecida Borges Ferreira

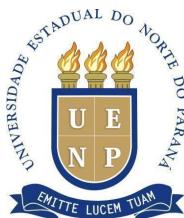
CPF 309.477.008-89

PROFLETRAS



PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026
ANEXO 02

GOV	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO GMS	UNID.	QTD.	VALOR	VALOR MÁXIMO
						R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	1	REVISTA CLARABOIA (PROFLETRAS) - EDIÇÕES: Editoração de artigos acadêmicos para periódico: 1. Serviço de editoração, revisão e diagramação de 1000 laudas* de texto acadêmico-científico (não pode ser desconfigurada ao inserir o artigo em plataforma digital), <u>equivalente a 04 números do periódico Claraboia.</u> 2. Elaboração de 01 capa para edições subsequentes do periódico. Obs.1. As laudas correspondentes a cada número dos periódicos serão distribuídas de acordo com a demanda da revista, podendo ter sua variação, mas, ao final dos 4 números, serão 1.000 (mil) laudas distribuídas em 4 números. Por esse motivo, os orçamentos foram cotados na íntegra. Obs.2. 1 Periódico abrangendo 04 (quatro) números, distribuídos em 04 (quatro) semestres.	0201 39710	periódico	1	R\$ 11.636,00	R\$ 11.636,00
2	2	Revista REPPE (PPGEN) Serviço técnico especializado para tradução de artigos em língua inglesa: 1. Tradução de 201 páginas da língua portuguesa para a língua inglesa, referente a uma edição da revista com 10 artigos, em torno de 20 páginas cada um.	0201 54732	páginas	201	R\$ 58,07	R\$ 11.672,07



	Obs.1. 201 páginas: Mês 01: 2 artigos/ 40 páginas; Mês 02: 2 artigos/ 40 páginas; Mês 03: 2 artigos/ 40 páginas; Mês 04: 2 artigos/ 40 páginas; Mês 05: 2 artigos/ 41 páginas.						
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO							R\$ 23.308,07
lauda* - Para fins de padronização e mensuração contratual, considera-se como “lauda” o equivalente a <u>2.100</u> (dois mil e cem) caracteres com espaço.							



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

LOTE:

					Valor	
Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
1						
2						
...						
					Total	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados do responsável pela assinatura do contrato.

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



Dados Bancários da empresa:

Banco:

Agência:

C/C:

Local e data.

Representante Legal
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO nº ##/2026

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP, autarquia estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 850, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000, neste ato, representada por seu Reitor Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, portador do RG nº *.07.09*-* SESP/PR, inscrito no CPF sob nº ***.608.41*-*.

CONTRATADA: #####, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº #####, com sede #####, neste ato representada por #####.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 03/2026 (GMS 474/2026)**, Processo nº 25.601.581-1, **homologado em XX/XX/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a **contratação de serviços especializados de diagramação**.

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Valor	
					R\$ Unit.	R\$ Total
1						
2						
...						
					Total	

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições



expressas no Pregão Eletrônico nº 03/2026, com seus anexos e a respectiva proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Pela aquisição do objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ #####. (#####)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

3.1 Para Revista Claraboia (PROFLETRAS/UENP):

3.1.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, conforme o fluxo editorial da revista, considerando que a publicação científica depende de etapas internas de submissão, avaliação por pares, emissão de pareceres externos e aprovação editorial.

3.1.2 Como estimativa de cronograma, prevê-se a publicação de 04 (quatro) edições semestrais no período de 02 (dois) anos, preferencialmente nos meses de julho e dezembro, podendo tais datas sofrer ajustes em razão do fluxo editorial, da finalização dos pareceres e da organização interna do periódico.

3.1.3 Os materiais serão encaminhados gradativamente à **CONTRATADA**, conforme a finalização de cada etapa editorial de cada número da revista.

3.1.4 A publicação ocorre na plataforma OJS (Open Journal Systems), não havendo necessidade de adaptação técnica adicional, além da disponibilização dos arquivos em formato PDF e Word, conforme as especificidades de cada periódico.

3.1.5 A contratação contempla a elaboração de 01 (uma) capa padrão, a ser utilizada ao longo da vigência contratual, devendo a empresa contratada apresentar no mínimo duas propostas de layout para avaliação da equipe editorial, bem como realizar, no mínimo, duas rodadas de ajustes antes da aprovação final, assegurando adequação estética e identidade visual do periódico.

3.2 Para Revista REPPE (PPGEN/UENP):

3.2.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, conforme a disponibilização dos artigos aprovados para publicação, podendo os materiais ser encaminhados gradativamente pela contratante, de acordo com o fluxo editorial da revista.

3.2.2 Como referência de planejamento, estima-se o seguinte cronograma indicativo de execução, ressaltando que tal cronograma possui natureza estimativa, podendo ser ajustado conforme o fluxo editorial e a conclusão das etapas de avaliação dos artigos:

- Mês 01: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 02: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 03: 02 artigos (aprox. 40 páginas)



- Mês 04: 02 artigos (aprox. 40 páginas)
- Mês 05: 02 artigos (aprox. 41 páginas)

3.2.3 Os arquivos deverão ser entregues em formato editável (Word), contendo versão final pronta para publicação em língua inglesa, com observância da fidelidade terminológica, coerência acadêmica, precisão conceitual e adequação à norma culta da língua inglesa.

3.3 O prazo de entrega dos serviços é de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço e envio do material pela CONTRATANTE.

3.4 O material final deverá ser disponibilizado em **formato digital**, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, e encaminhado à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, pelo endereço de e-mail: claraboia@uenp.edu.br ou reppe@uenp.edu.br, a depender do objeto.

3.5 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos materiais.

7.5.1 Após a entrega do material pela contratada, a contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise, conferência, revisão de provas e aprovação definitiva dos serviços realizados pela equipe editorial responsável pelo periódico.

3.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo

3.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.9 A licitante classificada em primeiro lugar, caso solicitado, deverá apresentar portfólios, exemplos de trabalhos anteriores, arquivos diagramados ou documentos traduzidos que demonstrem as características técnicas, acadêmicas e estéticas dos serviços ofertados, com a finalidade de possibilitar a verificação da qualidade, padronização, conformidade editorial e capacidade técnica para execução do objeto contratado.

3.9.1 Para os serviços destinados à Revista Claraboia, poderão ser apresentados exemplos relacionados à revisão textual, adequação às normas da ABNT, editoração e diagramação de periódicos científicos ou materiais acadêmicos similares.

3.9.2 Para os serviços destinados à Revista REPPE, poderão ser apresentados exemplos de traduções acadêmico-científicas da língua portuguesa para a língua inglesa, especialmente de artigos científicos, textos acadêmicos ou publicações na área educacional.



CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses para o item 01 - Revista Claraboia (PROFLETRAS/UENP) e 12 (doze) meses para o item 02 - Revista REPPE (PPGEN/UENP), contados a partir da publicação de seu extrato no DIOE/PR.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva do objeto e o atesto de conformidade do servidor responsável na nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I** - efetuar o pagamento ajustado à CONTRATADA;
- II** - dar à CONTRATADA as condições necessárias para regular execução do Contrato.
- III** - comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- IV** - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I** - prestar o serviço na forma ajustada com o CONTRATANTE;
- II** - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;
- III** - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº 03/2026**;
- IV** - apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem o efetivo cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- V** - Aceitar, se for necessário, acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O CONTRATADO se incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

7.2 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar;
- IV – Declaração de inidoneidade;

Parágrafo Primeiro: Para aplicação das sanções administrativas, a CONTRATANTE considerará a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Segundo: A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo Terceiro: A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

3.1 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197 do Decreto Estadual 10.086/2022.



3.2 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.3 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo CONTRATANTE, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que o CONTRATANTE reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o CONTRATADO.

3.4 A retenção de pagamento de outros contratos, pelo CONTRATANTE, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

3.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

3.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Estadual nº 20.656/2021, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013 e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

3.8 As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual.

Parágrafo Quarto: A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

Parágrafo Quinto: A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto: A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no Edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

8.1 No caso da necessidade de reajuste do valor deste contrato, nos termos do art. 6º, inc. LVIII da Lei 14.133/21, será adotado como índice o IPCA – Índice Nacional



de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE). A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

8.2 Na ocorrência de pedido de repactuação de preços, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

8.3 Na ocorrência de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DO RECURSO FINANCEIRO

9.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149. Natureza da despesa: 3390-3905. Fonte: 703.

Parágrafo Único: O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA, à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1 O presente contrato será firmado em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**, conforme definido pelo art. 6º, XXXI, da Lei 14.133/21, em atendimento ao art. 92, inciso IV, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1 A contratada deverá corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer inconsistências identificadas nos serviços executados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal.

11.1.1 Para fins deste contrato, entende-se como inconsistência qualquer irregularidade relacionada à diagramação, revisão textual, formatação, padronização editorial, normalização acadêmica ou tradução inadequada dos textos.

11.2 O prazo de garantia dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, período no qual a contratada ficará obrigada a realizar os ajustes e correções necessários.

11.3 A garantia refere-se exclusivamente à qualidade técnica dos serviços prestados, não se aplicando a alterações de conteúdo solicitadas posteriormente pela contratante que não decorram de inconsistências na execução.

11.4 O pedido de correção poderá ser formalizado por e-mail, ofício ou outro meio oficial de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

Criada pela Lei Estadual 15.300/2006 - Autorizada pelo Decreto Estadual no 3909/2008 - CNPJ 08.885.100/0001-54

Av. Getúlio Vargas, 850 - CEP 86400-000 Jacarezinho/PR - fone/fax 43 3525 3589 - www.uenp.edu.br



Parágrafo Primeiro: A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

Parágrafo Segundo: Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

Parágrafo Quinto: Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

Parágrafo Sexto: O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR E DO FISCAL

13.1 A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Profa. Dra. Eliana Merlin Deganutti de Barros, alocada no Campus de Jacarezinho.

13.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Prof. Dr. Marcos Augusto Alves da Silva, diretor de pós-graduação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- e) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

14.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LGPD

15.1 Quanto ao tratamento dos dados pessoais, as partes se comprometem a proteger os respectivos direitos fundamentais da liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais. Com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os referidos dados pessoais submetidos neste instrumento contratual, interesses legítimos, específicos, explícitos, no que couber, devem ser previamente informados ao titular, previstas nas hipóteses dos art. 7º, art. 11 e/ou art.14 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, impossibilitadas de serem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jacarezinho/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Jacarezinho/PR, XX de XXXXXX de 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

CONTRATADA

Marcos Augusto Alves da Silva
GESTOR

Eliana Merlin Deganutti de Barros
FISCAL



XXXXXXXXX
TESTEMUNHA

XXXXXXXXX
TESTEMUNHA

